



By @kakashi_copiador

**Aula 10 - Profº
Alexandre Violato**

*CNU - Passo Estratégico de Finanças
Públicas - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
**Alexandre Violato Peyerl,
Leonardo Gadelha, Celso Natale**

25 de Fevereiro de 2024

Índice

1) Simulado LRF Questões	3
2) Simulado LRF Gabarito	12
3) Simulado LRF Questões Comentadas	13



SIMULADO

1) Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), classifica-se como uma empresa estatal dependente:

- a) Sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- b) Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- c) Qualquer empresa que receba do ente federativo recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.
- d) Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para aumento de participação acionária.
- e) Qualquer sociedade em que o ente da Federação tenha participação no capital, ainda que minoritária.

2) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, devem ser deduzidos do cálculo da receita corrente líquida dos municípios:

- a) Os valores das transferências realizadas para entidades filantrópicas.
- b) Os valores recebidos por meio de transferências voluntárias de outros entes.
- c) Os valores pagos por conta de indenização por de servidores e empregados.
- d) As contribuições sociais incidentes sobre folha de pagamento e demais rendimentos do trabalho.
- e) As contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência.



- 3)** Ao final de um mês, determinado Estado da Federação apresentou as seguintes receitas (em milhões de reais):

Receitas patrimoniais	R\$ 12
Operações de crédito	R\$ 40
Alienação de bens	R\$ 25
Impostos, taxas e contribuições	R\$ 800
Transferências correntes recebidas	R\$ 300
Transferências de capital recebidas	R\$ 120
Parcelas de impostos estaduais entregues aos municípios	R\$ 160
Contribuição dos servidores estaduais para seu RPPS	R\$ 45

Considerando exclusivamente os dados acima, podemos concluir que a Receita Corrente Líquida do Estado foi:

- a) R\$ 1,502 bilhões.
- b) R\$ 1,092 bilhões.
- c) R\$ 1,112 bilhões.
- d) R\$ 952 milhões.
- e) R\$ 907 milhões.

- 4)** Nos termos da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conterá o Anexo de Riscos Fiscais, no qual:

- a) Serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- b) Haverá a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- c) Constará a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.



d) Serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

e) Serão apresentados os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis.

5) A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias um anexo em que serão estabelecidas as metas anuais das receitas e despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes. O referido anexo trata-se do:

- a) Anexo de Metas Fiscais.
- b) Anexo de Política Fiscal.
- c) Anexo de Riscos Fiscais.
- d) Anexo Presidencial.
- e) Anexo de objetivos da política monetária, creditícia e cambial.

6) Assinale a assertiva correta a respeito da reserva de contingência.

- a) A LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO.
- b) A LOA conterá reserva de contingência, bem como sua forma de utilização e montante, definidos com base na receita corrente líquida.
- c) A LDO conterá reserva de contingência, bem como sua forma de utilização e montante, definidos com base na receita corrente líquida.
- d) A LDO conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos no PPA.
- e) A LDO conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos LOA.



7) Assinale a alternativa correta de acordo com as regras de execução orçamentária previstas na LRF.

- a) Até 90 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- b) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- c) Se verificado, ao final de um mês, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- d) Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes e do Ministério Público.
- e) Apenas as obrigações constitucionais e legais do ente não serão objeto de limitação de empenho, sendo vedado à LDO estabelecer novas ressalvas.

8) Suponha que para estimular o mercado o Governo Federal zerou temporariamente a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados. A renúncia de receita realizada pelo Governo Federal:

- a) Só teria validade para o exercício posterior.
- b) Só teria validade após a sua inclusão no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Deve estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- d) Está dispensada das medidas do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que se trata de um imposto extrafiscal.
- e) Deve estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício de vigência e nos dois seguintes, por meio de aumento de receitas.



9) Assinale a alternativa que corresponde a uma despesa que deve ser computada como despesa de pessoal para fins de apuração dos limites da LRF.

- a) Indenização por demissão de servidores e empregados.
- b) Despesas com incentivos à demissão voluntária.
- c) Pagamento de FGTS.
- d) Pagamento de auxílio alimentação.
- e) Despesas com inativos custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuição dos segurados.

10) Suponha que determinado município tenha obtido uma Receita Corrente Líquida de R\$ 850.000.000, sendo que teve como despesas com o pessoal do Executivo R\$ 442.000.000 e do Poder Legislativo R\$ 40.800.000. Nesse caso, é possível afirmar que:

- a) Ambos os poderes excederam o limite global de despesas com pessoal.
- b) O Poder Legislativo excedeu o limite de alerta, e estará proibido de obter garantias de outros entes.
- c) O Poder Executivo excedeu o limite prudencial, enquanto o Poder Legislativo excedeu o limite de alerta.
- d) Por ter atingido o limite prudencial, o Poder Executivo não poderá conceder a revisão geral anual aos seus servidores.
- e) Por ter atingido o limite prudencial, o Poder Executivo não poderá realizar o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

11) Acerca dos instrumentos de transparência de gestão fiscal previstos na LRF, assinale a alternativa correta.

- a) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se de forma complementar o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
- b) No caso de demonstrações conjuntas, deverão ser incluídas as transações intragovernamentais, atendendo aos princípios da completude e da transparência.



- c) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária deverá ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
- d) O Relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
- e) Os municípios com população inferior a 50.000 habitantes podem optar por divulgar anualmente o Relatório de Gestão Fiscal.

12) Assinale a alternativa que não corresponde a um demonstrativo que acompanha o RREO.

- a) Comparativo da dívida consolidada com seu limite.
- b) Apuração da receita corrente líquida, sua evolução e previsão do seu desempenho até o final do exercício.
- c) Receitas e despesas previdenciárias.
- d) Resultado nominal e primário.
- e) Restos a Pagar, detalhando, por Poder e por órgão, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

13) São demonstrativos que devem constar do Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre do exercício, exceto:

- a) Comparativo da despesa total com pessoal com o seu respectivo limite.
- b) Operações de crédito por antecipação de receita.
- c) Disponibilidades de caixa em 31 de dezembro.
- d) Variações patrimoniais, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
- e) Inscrição em restos a pagar.



14) A respeito das definições da dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Dívida pública consolidada, ou fundada, é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- b) Dívida pública mobiliária é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- c) Operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- d) As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento integram a dívida pública flutuante.
- e) Refinanciamento da dívida mobiliária é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

15) Determinado Estado da Federação excedeu o limite da sua dívida consolidada. Nesse caso, a dívida deverá ser reconduzida:

- a) Nos 2 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- b) Nos 2 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% no primeiro.
- c) Nos 3 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- d) Nos 3 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 33% no primeiro.
- e) Nos 3 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% no primeiro.



16) Suponha que no mês de junho de exercício de 2018 o Governador do Estado realizou a contratação de empresa para realizar uma obra pública com prazo de execução de 12 meses, havendo prestações a serem pagas no exercício seguinte. Nesse caso, a respectiva contratação:

- a) É irregular, pois é vedado assumir despesas que não possam ser pagas até o término do mandato.
- b) É irregular, pois é vedado contrair obrigação de despesa nos últimos dois quadrimestres do exercício.
- c) Pode ser regular, caso haja disponibilidades de caixa suficiente para o respectivo pagamento no exercício seguinte.
- d) Pode ser regular, caso o Governador seja reeleito.
- e) É regular, pois somente nos últimos 180 dias do mandato é vedado contrair obrigações de despesas a serem pagas no exercício seguinte.

17) Suponha que em outubro de 2020, Prefeito Municipal, próximo ao término do seu mandato, realizou a contratação emergencial de uma empresa para o fornecimento de médicos plantonistas pelo prazo de 180 dias para reforço da equipe municipal no combate à pandemia, período este em que vigia decreto de calamidade pública devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa e pelo Congresso Nacional.

No momento da contratação, a situação financeira do município era desfavorável, não havendo disponibilidade de caixa suficiente para a quitação das despesas do contrato em 2021. Nesse caso, podemos concluir que a contratação:

- a) Foi irregular, pois é vedado assumir despesas para o exercício seguinte nos últimos dois quadrimestres do mandato, sem que haja disponibilidade de caixa para cobri-las.
- b) Foi irregular, pois é vedado assumir despesas para o exercício seguinte nos últimos 180 dias do mandato, sem que haja disponibilidade de caixa para cobri-las.
- c) Foi irregular, pois é vedado assumir despesas para o exercício seguinte no último ano do mandato, sem que haja disponibilidade de caixa para cobri-las.
- d) Pode ser regular, pois a vedação não se aplica a serviços de saúde.
- e) Pode ser regular, pois na vigência do decreto de calamidade pública fica afastada a vedação da contratação da obrigação.



18) A Lei Complementar nº 173/2020 promoveu alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal relacionadas à situação de calamidade pública. Não se trata de uma prerrogativa dos entes em períodos de calamidade pública:

- a) Livre aplicação dos recursos anteriormente vinculados.
- b) Suspensão da contagem dos prazos para recondução dos limites das despesas de pessoal.
- c) Dispensa do atingimento dos resultados fiscais.
- d) Dispensa da limitação de empenho em razão da frustração de receitas.
- e) Dispensas das restrições para o recebimento de transferências voluntárias.

19) Suponha que determinado Estado, que possui excesso de despesas de pessoal e de endividamento, tenha apresentado queda real no PIB quando analisados os últimos quatro trimestres. Nos termos da LRF, o referido Estado:

- a) Terá seus prazos para recondução aos limites reduzidos à metade.
- b) Terá apenas seu prazo para recondução ao limite de despesas de pessoal reduzido à metade.
- c) Terá seus prazos para recondução aos limites duplicados.
- d) Terá apenas seu prazo para recondução ao limite de despesas de pessoal duplicado.
- e) Terá apenas seu prazo para recondução ao limite de endividamento duplicado.

20) Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é permitido ao Banco Central do Brasil:

- a) Emitir títulos de dívida.
- b) Conceder garantia a operações de crédito de entes federativos.
- c) Comprar títulos do Tesouro Nacional, na data de sua colocação no mercado.
- d) Comprar títulos do Tesouro Nacional para refinanciar dívida mobiliária federal que estiver vencendo em sua carteira.
- e) Permutar títulos de dívida de Estado por títulos públicos federais.



GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. B | 11. C |
| 2. E | 12. A |
| 3. E | 13. D |
| 4. D | 14. D |
| 5. A | 15. C |
| 6. A | 16. C |
| 7. B | 17. E |
| 8. D | 18. A |
| 9. C | 19. C |
| 10. E | 20. D |



CORREÇÃO SIMULADO

- 1)** Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), classifica-se como uma empresa estatal dependente:
- a) Sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
 - b) Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
 - c) Qualquer empresa que receba do ente federativo recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.
 - d) Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para aumento de participação acionária.
 - e) Qualquer sociedade em que o ente da Federação tenha participação no capital, ainda que minoritária.

Comentários:

A letra A está errada porque traz o conceito de **empresa controlada**.

A estatal dependente é a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, exatamente como disposto na alternativa B.

Identificando os erros das demais:

C - Não é qualquer empresa, mas apenas as controladas.

D - Se os recursos de capital são somente para aumento de participação acionária, a estatal não é dependente.

E - Não traz nem o conceito de controlada nem o de dependente.

Gabarito: B

- 2)** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, devem ser deduzidos do cálculo da receita corrente líquida dos municípios:
- a) Os valores das transferências realizadas para entidades filantrópicas.
 - b) Os valores recebidos por meio de transferências voluntárias de outros entes.
 - c) Os valores pagos por conta de indenização por de servidores e empregados.
 - d) As contribuições sociais incidentes sobre folha de pagamento e demais rendimentos do trabalho.



e) As contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência.

Comentários:

Relembrando as deduções:

- **União**
 - Valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal.
 - Contribuições sociais incidentes sobre folha de pagamento e demais rendimentos do trabalho.
 - Contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.
 - Arrecadação do PIS/PASEP.
- **Estados**
 - Parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- **União, Estados e Municípios**
 - **Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social.**

Além delas ainda temos os recursos da Lei Kandir e do Fundeb.

Observamos assim que o gabarito é a letra E, pois é a única dentre as alternativas que traz uma dedução da RCL dos municípios.

Demais alternativas:

Letra A - não há dedução em nenhum ente por conta de transferência a entidades filantrópicas.

Letra B - as receitas derivadas de transferências correntes são consideradas na receita corrente líquida.

Letras C - cuidado para não confundir, esses valores não são considerados para o cálculo dos limites das despesas de pessoal.

Letra D - esses valores são deduzidos apenas da RCL da União.

Gabarito: E



3) Ao final de um mês, determinado Estado da Federação apresentou as seguintes receitas (em milhões de reais):

Receitas patrimoniais	R\$ 12
Operações de crédito	R\$ 40
Alienação de bens	R\$ 25
Impostos, taxas e contribuições	R\$ 800
Transferências correntes recebidas	R\$ 300
Transferências de capital recebidas	R\$ 120
Parcelas de impostos estaduais entregues aos municípios	R\$ 160
Contribuição dos servidores estaduais para seu RPPS	R\$ 45

Considerando exclusivamente os dados acima, podemos concluir que a Receita Corrente Líquida do Estado foi:

- a) R\$ 1,502 bilhões.
- b) R\$ 1,092 bilhões.
- c) R\$ 1,112 bilhões.
- d) R\$ 952 milhões.
- e) R\$ 907 milhões.

Comentários:

Primeiramente, precisamos identificar as receitas correntes:

Receitas patrimoniais	R\$ 12
Impostos, taxas e contribuições	R\$ 800
Transferências correntes recebidas	R\$ 300

Agora, precisamos subtrair as despesas que devem ser reduzidas dos Estados:

Parcelas de impostos estaduais entregues aos municípios	R\$ 160
Contribuição dos servidores estaduais para seu RPPS	R\$ 45



Agora, basta calcularmos:

$$12 + 800 + 300 - 160 - 45 = 907$$

Gabarito: E

- 4)** Nos termos da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conterá o Anexo de Riscos Fiscais, no qual:
- a) Serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
 - b) Haverá a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
 - c) Constará a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
 - d) Serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
 - e) Serão apresentados os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis.

Comentários:

A alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B e C trazem características do Anexo de Metas Fiscais, o qual também acompanha a LDO. A alternativa E traz características de um anexo específico que acompanha a LDO da União.

Gabarito: D

- 5)** A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias um anexo em que serão estabelecidas as metas anuais das receitas e despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes. O referido anexo trata-se do:

- a) Anexo de Metas Fiscais.
- b) Anexo de Política Fiscal.
- c) Anexo de Riscos Fiscais.
- d) Anexo Presidencial.
- e) Anexo de objetivos da política monetária, creditícia e cambial.



Comentários:

O enunciado descreve o Anexo de Metas Fiscais.

"Art. 4º § 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes."

Gabarito: A

6) Assinale a assertiva correta a respeito da reserva de contingência.

- a) A LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO.
- b) A LOA conterá reserva de contingência, bem como sua forma de utilização e montante, definidos com base na receita corrente líquida.
- c) A LDO conterá reserva de contingência, bem como sua forma de utilização e montante, definidos com base na receita corrente líquida.
- d) A LDO conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos no PPA.
- e) A LDO conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos LOA.

Comentários:

Relembrando o que vimos no roteiro de revisão:

- Reserva de contingência -> LOA
- Montante e forma de utilização -> LDO
- Passivos contingentes -> Anexo de Riscos Fiscais da LDO

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Portanto, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: A



7) Assinale a alternativa correta de acordo com as regras de execução orçamentária previstas na LRF.

- a) Até 90 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- b) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- c) Se verificado, ao final de um mês, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- d) Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes e do Ministério Público.
- e) Apenas as obrigações constitucionais e legais do ente não serão objeto de limitação de empenho, sendo vedado à LDO estabelecer novas ressalvas.

Comentários:

A alternativa correta é a letra B.

Art. 8º. Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Erros das demais:

Letra A - Errada. A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolsos devem ser estabelecidos pelo Poder Executivo até **30 dias** após a publicação dos orçamentos.

Letra C - Errada. A verificação não é feita a cada mês, mas ao final de cada bimestre.

c) *Se verificado, ao final de um **mês bimestre**, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.*

Letra D - Errada, tendo em vista que caberá a cada Poder e ao Ministério Público realizar a limitação de empenho e movimentação financeira por ato próprio.



Letra E - Errada. Além das obrigações constitucionais e legais, há as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e outras ressalvas poderão ser estabelecidas pela LDO.

Gabarito: B

8) Suponha que para estimular o mercado o Governo Federal zerou temporariamente a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados. A renúncia de receita realizada pelo Governo Federal:

- a) Só teria validade para o exercício posterior.
- b) Só teria validade após a sua inclusão no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Deve estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- d) Está dispensada das medidas do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que se trata de um imposto extrafiscal.
- e) Deve estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício de vigência e nos dois seguintes, por meio de aumento de receitas.

Comentários:

As regras para a renúncia de receitas estão no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Relembrando:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição."

Contudo, há impostos extrafiscais que estão dispensados das medidas supracitadas, quais sejam o imposto de importação, o imposto de exportação, o imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre operações financeiras.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:



I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Constituição Federal:

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

Portanto, a alternativa correta é a letra D, pois a alteração da alíquota do IPI não está sujeita às medidas do art. 14 da LRF.

Gabarito: D

9) Assinale a alternativa que corresponde a uma despesa que deve ser computada como despesa de pessoal para fins de apuração dos limites da LRF.

- a) Indenização por demissão de servidores e empregados.
- b) Despesas com incentivos à demissão voluntária.
- c) Pagamento de FGTS.
- d) Pagamento de auxílio alimentação.
- e) Despesas com inativos custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuição dos segurados.

Comentários:

A alternativa correta é a letra C, pois o pagamento de FGTS inclui-se entre os encargos sociais, sendo computado entre as despesas de pessoal.

O pagamento de auxílios, como o auxílio alimentação, o auxílio moradia e o auxílio transporte, é considerado verba indenizatória e, portanto, não é incluído entre as despesas de pessoal.



Por fim, a indenização por demissão de servidores empregados, as despesas com incentivos à demissão voluntária e as despesas com inativos custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuição dos segurados são exemplos indicados pela LRF como não computados para fins de apuração de despesas de pessoal, conforme vimos na parte teórica.

Gabarito: C

10) Suponha que determinado município tenha obtido uma Receita Corrente Líquida de R\$ 850.000.000, sendo que teve como despesas com o pessoal do Executivo R\$ 442.000.000 e do Poder Legislativo R\$ 40.800.000. Nesse caso, é possível afirmar que:

- a) Ambos os poderes excederam o limite global de despesas com pessoal.
- b) O Poder Legislativo excedeu o limite de alerta, e estará proibido de obter garantias de outros entes.
- c) O Poder Executivo excedeu o limite prudencial, enquanto o Poder Legislativo excedeu o limite de alerta.
- d) Por ter atingido o limite prudencial, o Poder Executivo não poderá conceder a revisão geral anual aos seus servidores.
- e) Por ter atingido o limite prudencial, o Poder Executivo não poderá realizar o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

Comentários:

Vamos começar pelos cálculos:

$$\frac{442}{850} = 52\%$$

$$\frac{40,8}{850} = 4,8\%$$

Os limites no âmbito municipal são 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

Como 95% de 54% correspondem a 51,3%, temos que o Poder Executivo extrapolou o limite prudencial.

90% de 6% corresponde a 5,4%, portanto, temos que o Poder Legislativo não extrapolou nenhum dos limites.

Vamos agora às alternativas.

Letra A - Errada. Conforme os cálculos acima, nenhum dos poderes excedeu o limite global de despesas com pessoal.



Letra B - Errada, primeiramente porque o Poder Legislativo não excedeu nenhum dos limites. Além disso, a vedação à obtenção de garantias ocorre somente quando extrapolar o limite global de despesas com pessoal.

Letra C - Errada. Realmente o Executivo excedeu o prudencial, mas o Legislativo não excedeu o limite de alerta.

Letra D - Errada. A revisão geral anual poderá ser concedida, sendo uma das ressalvas do artigo.

Letra E - Certa. A questão aborda corretamente uma das ressalvas para contratação quando atingido o limite prudencial.

Gabarito: E

11) Acerca dos instrumentos de transparência de gestão fiscal previstos na LRF, assinale a alternativa correta.

- a) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se de forma complementar o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
- b) No caso de demonstrações conjuntas, deverão ser incluídas as transações intragovernamentais, atendendo aos princípios da completude e da transparência.
- c) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária deverá ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
- d) O Relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
- e) Os municípios com população inferior a 50.000 habitantes podem optar por divulgar anualmente o Relatório de Gestão Fiscal.

Comentários:

Letra A - Errada. É o contrário, a despesa e a assunção de compromissos serão registrados segundo o regime de competência, apurando-se de forma complementar os resultados dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

Letra B - Errada. Deverão ser excluídas as transações intragovernamentais.

Letra C - Certa. O RREO é de divulgação bimestral, devendo ser publicado em até 30 dias após o encerramento do período.

Letra D - Errada. O RGF é de divulgação quadrimestral, devendo ser publicado em até 30 dias após o encerramento do período.

Letra E - Errada. Podem optar por divulgar semestralmente.

Gabarito: C



12) Assinale a alternativa que não corresponde a um demonstrativo que acompanha o RREO.

- a) Comparativo da dívida consolidada com seu limite.
- b) Apuração da receita corrente líquida, sua evolução e previsão do seu desempenho até o final do exercício.
- c) Receitas e despesas previdenciárias.
- d) Resultado nominal e primário.
- e) Restos a Pagar, detalhando, por Poder e por órgão, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

Comentários:

Relembre do quadro com os demonstrativos que devem acompanhar o RREO:

Demonstrativos que acompanham o RREO

Apuração da **receita corrente líquida**, sua evolução e previsão do seu desempenho até o final do exercício.

Receitas e despesas **previdenciárias**.

Resultado nominal e primário.

Despesas com **juros**.

Restos a Pagar, detalhando, por Poder e por órgão, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

O gabarito da questão, portanto, é a letra A, pois os comparativos com os limites de despesa com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantia e operações de crédito constarão do Relatório de Gestão Fiscal.

Gabarito: A

13) São demonstrativos que devem constar do Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre do exercício, exceto:

- a) Comparativo da despesa total com pessoal com o seu respectivo limite.
- b) Operações de crédito por antecipação de receita.
- c) Disponibilidades de caixa em 31 de dezembro.
- d) Variações patrimoniais, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.



e) Inscrição em restos a pagar.

Comentários:

O gabarito da questão é a letra D, tendo em vista que o demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e aplicação dos recursos dela decorrentes, constará do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

Todas as demais trazem demonstrativos que constam do Relatório de Gestão Fiscal, sendo que o comparativo de despesa de pessoal constará não só no do último quadrimestre, mas em todos os quadrimestres.

Gabarito: D

14) A respeito das definições da dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa incorreta.

a) Dívida pública consolidada, ou fundada, é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

b) Dívida pública mobiliária é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

c) Operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

d) As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento integram a dívida pública flutuante.

e) Refinanciamento da dívida mobiliária é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

Comentários:

A alternativa incorreta é a letra D, tendo em vista que, nos termos da LRF, as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento integram a dívida pública **consolidada**.

Gabarito: D

15) Determinado Estado da Federação excedeu o limite da sua dívida consolidada. Nesse caso, a dívida deverá ser reconduzida:

a) Nos 2 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.



- b) Nos 2 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% no primeiro.
- c) Nos 3 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- d) Nos 3 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 33% no primeiro.
- e) Nos 3 quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% no primeiro.

Comentários:

Conforme prevê a LRF:

*"Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele **reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.**"*

Gabarito: C

16) Suponha que no mês de junho de exercício de 2018 o Governador do Estado realizou a contratação de empresa para realizar uma obra pública com prazo de execução de 12 meses, havendo prestações a serem pagas no exercício seguinte. Nesse caso, a respectiva contratação:

- a) É irregular, pois é vedado assumir despesas que não possam ser pagas até o término do mandato.
- b) É irregular, pois é vedado contrair obrigação de despesa nos últimos dois quadrimestres do exercício.
- c) Pode ser regular, caso haja disponibilidades de caixa suficiente para o respectivo pagamento no exercício seguinte.
- d) Pode ser regular, caso o Governador seja reeleito.
- e) É regular, pois somente nos últimos 180 dias do mandato é vedado contrair obrigações de despesas a serem pagas no exercício seguinte.

Comentários:

Vejamos o que diz a LRF:

*"Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, **nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.**"*



Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício."

Como a vedação se dá em relação aos dois últimos quadrimestres do exercício e ocorre somente se não forem deixadas disponibilidades de caixa para cobri-la, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

17) Suponha que em outubro de 2020, Prefeito Municipal, próximo ao término do seu mandato, realizou a contratação emergencial de uma empresa para o fornecimento de médicos plantonistas pelo prazo de 180 dias para reforço da equipe municipal no combate à pandemia, período este em que vigia decreto de calamidade pública devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa e pelo Congresso Nacional.

No momento da contratação, a situação financeira do município era desfavorável, não havendo disponibilidade de caixa suficiente para a quitação das despesas do contrato em 2021. Nesse caso, podemos concluir que a contratação:

- a) Foi irregular, pois é vedado assumir despesas para o exercício seguinte nos últimos dois quadrimestres do mandato, sem que haja disponibilidade de caixa para cobri-las.
- b) Foi irregular, pois é vedado assumir despesas para o exercício seguinte nos últimos 180 dias do mandato, sem que haja disponibilidade de caixa para cobri-las.
- c) Foi irregular, pois é vedado assumir despesas para o exercício seguinte no último ano do mandato, sem que haja disponibilidade de caixa para cobri-las.
- d) Pode ser regular, pois a vedação não se aplica a serviços de saúde.
- e) Pode ser regular, pois na vigência do decreto de calamidade pública fica afastada a vedação da contratação da obrigação.

Comentários:

A vedação consta do art. 42 da LRF:

"Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício."

Contudo, em razão da pandemia da Covid-19, houve alterações da LRF, que dispensaram o cumprimento desse artigo em situações de calamidade pública.

"Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:



§ 1º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos inciso I e II do caput:

II - serão dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções previstas e decorrentes dos arts. 35, 37 e 42, bem como será dispensado o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei Complementar, desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública;”

Portanto, a alternativa correta é a letra E, visto que, em razão da calamidade pública, a contratação pode ser regular.

Gabarito: E

18) A Lei Complementar nº 173/2020 promoveu alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal relacionadas à situação de calamidade pública. Não se trata de uma prerrogativa dos entes em períodos de calamidade pública:

- a) Livre aplicação dos recursos anteriormente vinculados.
- b) Suspensão da contagem dos prazos para recondução dos limites das despesas de pessoal.
- c) Dispensa do atingimento dos resultados fiscais.
- d) Dispensa da limitação de empenho em razão da frustração de receitas.
- e) Dispensas das restrições para o recebimento de transferências voluntárias.

Comentários:

Durante a situação de calamidade pública é que os recursos vinculados deixam de ser obrigatoriamente aplicados ao seu objeto de vinculação, contudo, não são de livre aplicação, devendo ser destinados ao combate à calamidade pública, ou seja, ou são aplicados ao que eram vinculados, ou são aplicados no combate à calamidade. Portanto, o gabarito é a letra A.

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;

II - serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.

§ 1º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos inciso I e II do caput:



I - serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como sua verificação, para:

- a) contratação e aditamento de operações de crédito;*
- b) concessão de garantias;*
- c) contratação entre entes da Federação; e*
- d) recebimento de transferências voluntárias;***

*II - serão dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções previstas e decorrentes dos arts. 35, 37 e 42, bem como **será dispensado o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei Complementar, desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública;***

Art. 8º. Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Gabarito: A

19) Suponha que determinado Estado, que possui excesso de despesas de pessoal e de endividamento, tenha apresentado queda real no PIB quando analisados os últimos quatro trimestres. Nos termos da LRF, o referido Estado:

- a) Terá seus prazos para recondução aos limites reduzidos à metade.
- b) Terá apenas seu prazo para recondução ao limite de despesas de pessoal reduzido à metade.
- c) Terá seus prazos para recondução aos limites duplicados.
- d) Terá apenas seu prazo para recondução ao limite de despesas de pessoal duplicado.
- e) Terá apenas seu prazo para recondução ao limite de endividamento duplicado.

Comentários:

Ambos os prazos serão duplicados.

Art. 66. Os prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 **serão duplicados** no caso de **crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB)** nacional, regional ou estadual por período **igual ou superior a quatro trimestres.**

Gabarito: C



20) Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é permitido ao Banco Central do Brasil:

- a) Emitir títulos de dívida.
- b) Conceder garantia a operações de crédito de entes federativos.
- c) Comprar títulos do Tesouro Nacional, na data de sua colocação no mercado.
- d) Comprar títulos do Tesouro Nacional para refinanciar dívida mobiliária federal que estiver vencendo em sua carteira.
- e) Permutar títulos de dívida de Estado por títulos públicos federais.

Comentários:

Vamos encontrar a resposta na letra da lei:

*Art. 34. O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar. **Letra A incorreta***

Art. 39. Nas suas relações com ente da Federação, o Banco Central do Brasil está sujeito às vedações constantes do art. 35 e mais às seguintes:

*I - **compra de título da dívida, na data de sua colocação no mercado**, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo; **Letra C incorreta***

*II - permuta, ainda que temporária, por intermédio de instituição financeira ou não, de título da dívida de ente da Federação por título da dívida pública federal, bem como a operação de compra e venda, a termo, daquele título, cujo efeito final seja semelhante à permuta; **Letra E incorreta***

*III - concessão de garantia. **Letra B incorreta***

§ 1º O disposto no inciso II, in fine, não se aplica ao estoque de Letras do Banco Central do Brasil, Série Especial, existente na carteira das instituições financeiras, que pode ser refinanciado mediante novas operações de venda a termo.

*§ 2º O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira. **Letra D correta***

§ 3º A operação mencionada no § 2º deverá ser realizada à taxa média e condições alcançadas no dia, em leilão público.

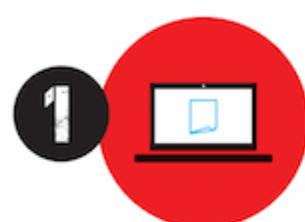
§ 4º É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.

Gabarito: D



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.